

## ÍNTegra

# “Trabalhemos pelo estreitamento da amizade”

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique no jantar oferecido pela Fundação Chilena do Pacífico aos participantes da 12ª Reunião Geral do Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico (PECC).

“Foi com especial satisfação que recebi, por intermédio de meus estimados amigos — o Presidente Eduardo Frei e Edgardo Boeninger — o honroso convite da Fundação Chilena do Pacífico para dirigir-me aos participantes da 12ª Reunião Geral do Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico.

Participo deste evento com grande prazer, em primeiro lugar, pelo fato de realizar-se no Chile, país pelo qual tenho grande apreço. Mas não só por isso. O Brasil é um país latino-americano e mantém laços tradicionais de amizade, de cooperação e intercâmbio econômico com os outros países desta região. Para nós, portanto, é muito significativo que esta ocasião tão valiosa de contato com os países da Ásia-Pacífico tenha lugar em terras sul-americanas, em terras chilenas.

O dinamismo que hoje caracteriza as relações bilaterais brasileiro-chilenas e a vinculação entre o Chile e o Mercosul através de um histórico Acordo de Livre Comércio (assinado em junho de 1996) são realidades que revelam o quanto temos a ganhar em nos aproximando. Na medida em que eliminamos barreiras e promovemos novas áreas de cooperação, verificamos que a diferença entre as projeções atlântica ou pacífica de nossos litorais, longe de ser um elemento de separação, representa um aspecto de complementaridade que enriquece as relações entre o Brasil e o Chile.

Conforme disse anteriormente, para mim esta é uma ocasião especial. Quero aproveitá-la bem. Quero aproveitá-la para transmitir-lhes minha visão, a visão do Brasil, sobre as enormes perspectivas de intensificação de nossos vínculos com os países que compõem este espaço internacional único que se convencionou denominar Ásia-Pacífico. É um espaço que nos obriga a rever certos hábitos de pensamento, certos costumes cartográficos, que nos habituaram a encontrar em páginas distintas de nossos Atlas, como entidades separadas, Ásia, Oceania e as Américas. Nosso Ministério de Relações Exteriores tem um Departamento da Ásia e da Oceania e um Departamento das Américas. O conceito de Ásia-Pacífico obriga-nos a uma salutar ginástica institucional, obriga-nos a lembrar que a realidade é sempre mais complexa do que os recortes burocráticos com que procuramos compreendê-la.

A participação de uma expressiva delegação de autoridades, empresários e acadêmicos brasileiros nos diversos eventos que compõem a 12ª Reunião Geral do PECC, constitui um testemunho do interesse que existe no Brasil pela intensifi-

cação dos vínculos com os países da Bacia do Pacífico.

Um país de dimensões continentais como o Brasil, com um comércio exterior diversificado e direcionado de forma equilibrada para as diversas regiões do mundo, está necessariamente comprometido com o fortalecimento do multilateralismo e com a liberalização comercial.

Para o Brasil, essa diversificação e esse equilíbrio são, em si mesmos, um valor que deve ser preservado. Por isso, ao mesmo tempo que aprofundamos o intercâmbio com nossos associados do Mercosul — o temos feito com grande êxito — ao mesmo tempo que discutimos o projeto de uma Área de Livre Comércio das Américas, temos como objetivo continuar expandindo o comércio com outras regiões do mundo. Ninguém poderia se permitir o luxo de relegar a um plano secundário os vínculos com a região que vem apresentando as economias mais dinâmicas e as maiores taxas de crescimento do planeta.

A expressão “século do Pacífico” traduz com propriedade a poderosa dinâmica econômica que se vem consolidando, acima de tudo, no leste asiático. O ritmo vertiginoso e as cifras que o ilustram são conhecidos. Já em fins da década de 70, o comércio transpacífico superava o intercâmbio através do Atlântico. No ano 2000, ao menos 400 milhões de asiáticos terão renda igual ou superior à atual renda média dos países ricos. Desde 1980, a participação do Ásia-Pacífico na produção mundial aumentou consideravelmente e as reservas em divisas da região representam hoje uma elevada porcentagem do importe de reservas em nível mundial. As dificuldades cambiais recentemente enfrentadas por alguns dos países mais dinâmicos do sudeste asiático não chegaram a pôr em dúvida as perspectivas de desenvolvimento, que não estão baseadas em aspectos conjunturais de mercado, mas em sua já comprovada capacidade de trabalho e inovação.

No plano político, a construção de associações estratégicas e de caráter econômico, entre das quais se destaca a APEC, veio substituir um antigo palco de confrontação ideológica por um cenário pragmático de paz, amizade e crescente prosperidade.

A intensificação dos laços do Brasil com o Ásia-Pacífico é um imperativo natural, derivado de uma multiplicidade de fatores:

- A globalização dos fluxos transnacionais de comércio, produção e inversão. Os expressivos fluxos de comércio já existentes entre o Brasil e os outros países asiáticos da Bacia do Pacífico alcançaram, em 1996, cerca de 14 000 milhões de dólares (aproximadamente 14% do valor total do comércio exterior brasileiro). Se a esse valor acrescentarmos as cifras de nosso comércio com os países, ou regiões de países,

na costa pacífica do continente americano, teremos uma cifra ainda muito mais expressiva. Isto indica que, para o Brasil, a projeção de nosso comércio para a região do Pacífico tem uma enorme importância.

- A magnitude das inversões de capitais de origem asiático já entrados ou em vias de entrar no Brasil, especialmente nas indústrias siderúrgicas, do alumínio e automotivas.

- Além disto, as perspectivas promissoras para a expansão da atuação de empresas brasileiras na Ásia, na área de serviços, como demonstra a participação de empresas brasileiras na instalação de unidades geradoras para a central hidrelétrica de Tres Gargantas, na República Popular da China

A presença de numerosas comunidades asiáticas no Brasil, acima de tudo de origem japonesa e coreana, e, mais recentemente, de um crescente número de emigrantes brasileiros para o Japão, representa outro fator natural de aproximação entre o Brasil e o Ásia-Pacífico. Há um notável paralelo entre a grande variedade de raças e de grupos étnicos culturais que formam os países da Bacia do Pacífico e a significativa diversidade étnica que caracteriza a população brasileira.

Na esfera política, as relações do Brasil com a região do Ásia-Pacífico atravessam um momento de particular intensidade. Já mencionei o dinamismo das relações Brasil-Chile e poderia estender-me, aqui, sobre o importante diálogo e cooperação que mantemos com todos os outros países latino-americanos da costa pacífica, além dos Estados Unidos e Canadá. No que diz respeito aos países asiáticos do Pacífico, temos tido uma agenda diplomática densa e diversificada. Desde 1995, temos tido um intercâmbio intenso de visitas de alto nível, elevando para uma nova categoria o diálogo e a cooperação do Brasil com a região. Eu, pessoalmente, realizei visitas à China, à Malásia e ao Japão, o que me permitiu ver de perto as inúmeras oportunidades de intercâmbio econômico e de cooperação com aqueles países. Posteriormente, tivemos a honra de receber no Brasil as visitas do Primeiro Ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto, do Primeiro Ministro Li Pang, da República Popular da China, do Presidente da República da Coreia Kim Young Sam, e este ano do casal imperial japonês. Mencionei estas visitas porque elas mostram o quanto estamos fazendo e o grande interesse que existe em desenvolver as relações entre o Brasil e os países asiáticos do Pacífico.

Este interesse levou o Governo brasileiro a abrir, nos últimos anos, embaixadas residentes em Hanoi e Wellington, e consulados em Tóquio, Nagoya e Shangai.

Outra dimensão da projeção brasileira na região do Pacífico refere-

se à possibilidade de um diálogo proveitoso entre os respectivos grupos regionais. Já se encontram em funcionamento mecanismos institucionalizados de diálogo e consulta entre o Grupo do Rio e o Japão e entre o Mercosul e a Ásia, a APEC e a “Closer Economic Relations” (CER) Austrália-Nova Zelândia. No contexto mais amplo da intensificação dos laços econômicos-comerciais com a região do Ásia-Pacífico, o Governo brasileiro manifestou, em encontros bilaterais de lato nível com representantes de países membros da APEC, sua intenção de aproximar-se daquele foro multilateral, possivelmente, em uma primeira etapa, mediante a participação em determinados grupos de trabalho da organização.

O interesse do Brasil em incrementar os fluxos de comércio e inversão com a região do Ásia-Pacífico recebeu, nos últimos anos, um novo impulso, em razão de nosso êxito na consolidação da estabilidade econômica. Isto nos cria as condições para superar o plano retórico e para levar a cabo empreendimentos concretos, que constituem a base mais sólida para uma associação mais eficaz no plano internacional.

Os importantes progressos alcançados com a execução do Plano Real rumo à reestruturação e à estabilização da economia brasileira vêm permitindo lançar as bases de uma trajetória de crescimento sustentado. A inflação foi drasticamente reduzida, dos níveis absurdos de 30 ou 40% mensais que tínhamos em 1993, para menos de 10%, em 1996. Para 1997, calcula-se que a taxa de inflação ficará entre 6 e 7%, nível inédito no Brasil desde os anos 60.

Porém, o Plano Real fez mais do que simplesmente estabilizar a moeda: produziu um impacto social positivo, reduzindo os níveis de pobreza e, ao permitir uma renascença da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, abriu a perspectiva de um novo ciclo de crescimento sustentado para o Brasil. O fim do chamado “imposto inflacionário” proporcionou uma sensível recuperação do poder aquisitivo dos setores de menor renda relativa. Nos três anos transcorridos desde o início do programa de estabilização, entre 8 e 13 milhões de brasileiros superaram a linha de pobreza, incorporando-se como consumidores ao mercado. Em 1994, os cidadãos brasileiros classificados como “pobres” representavam 33% da população dos grandes centros urbanos. Em 1996, essa porcentagem já havia sido reduzida para 25%. Ainda há muito o que fazer na área social, mas esses progressos — que não têm precedente na história brasileira — dão-nos a segurança de que estamos no caminho certo.

Nos últimos três anos, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,4%, o que propiciou um aumento de renda per capita de cerca de 9% no

mesmo período. Com as reformas que estamos realizando — acima de tudo a reforma da administração pública e a reforma do sistema previdenciário — e com a consequente melhoria das finanças públicas, poderemos crescer mais rapidamente, o que é necessário em um país como o Brasil. Entretanto, o mais importante é que a estabilidade econômica que conquistamos permite que este seja um processo de crescimento sustentado, que tem condições para prolongar-se no tempo.

O aprofundamento da abertura comercial iniciada em princípios da década de 90 e a entrada em funcionamento da união aduaneira do Mercosul, ao aumentar o grau de exposição externa da economia brasileira, representaram poderosos estímulos para o aumento da produtividade e da competitividade do parque produtivo nacional. Além disso, multiplicaram as oportunidades de negócios no plano internacional. O forte aumento das importações brasileiras nos últimos anos reflete essa nova situação e está permitindo uma modernização do parque industrial brasileiro.

Para esse desejado crescimento dos vínculos econômicos com o Ásia-Pacífico, outros elementos deverão também desempenhar um papel crucial. Entre eles, a melhoria da infraestrutura de transportes, energia e comunicações que calculamos venha resultar da execução do ambicioso plano de privatização e de concessões de serviços públicos que o governo federal e os governos dos Estados do país estão executando e para o qual esperamos contar, cada vez mais, com a valiosa participação de empresas da região da Bacia do Pacífico. Nos últimos seis anos, o governo brasileiro transferiu para o setor privado mais de 50 empresas, inclusive a recente privatização do gigante da área da mineração, a Companhia Vale do Rio Doce. Apenas a privatização do setor elétrico, que teve início recentemente na esfera dos Governos dos Estados do país, deverá render aos cofres públicos mais de 50 000 milhões de dólares. As concessões de serviços de telecomunicações deverão ser iniciadas em 1998, mas os usuários da telefonia celular já estão obtendo tarifas mais reduzidas em função do início da privatização neste setor.

A implementação do programa de privatização, as concessões de serviços públicos de portos, estradas e ferrovias e a execução de uma série de projetos de inversão em infraestrutura congregados no programa “Brasil em Ação” estão contribuindo de forma significativa para a redução do que se costuma chamar, em meu país, de “Custo Brasil”, ou seja, para eliminar obstáculos à eficiência e para garantir, que os que investem no Brasil tenham condições plenas de competitividade no plano internacional.

Isto se tem refletido no crescimento acelerado da renda de inversão estrangeira direta no Brasil. Em 1996, entraram na economia brasi-

leira 9,400 milhões de dólares em inversões diretas. Para 1997, calcula-se uma cifra em torno de 18,000 milhões de dólares. São cifras que falam por si e que demonstram o grau de confiança não apenas no Brasil de hoje, como também, e principalmente, no Brasil de amanhã. É uma confiança plenamente justificada.

Outra iniciativa que favorece a maior aproximação que pretendemos alcançar com o Ásia-Pacífico consiste na implementação dos “corredores bioceânicos”, denominação que talvez não revele o papel de verdadeiros “eixos indutores de desenvolvimento” que, esperamos, venha a desempenhar este conjunto de interconexões viatórias que estão sendo examinadas pelos países da América do Sul. É importante melhorar as passagens fronteiriças para assegurar uma conexão mais ágil e regular dos portos do Atlântico com os do Pacífico, aspecto contemplado no protocolo de integração física, anexo ao Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Chile. Não é que nossos amigos da Bacia do Pacífico não cheguem, atualmente, ao Atlântico brasileiro. Fazem-no há muitas décadas e, creio, com grande êxito. E assim continuarão. Porém, na medida em que multipliquemos essas vias de acesso, diversificando-as, todos ganharemos. O Brasil está fazendo sua parte, com as grandes inversões na infraestrutura que já tem programadas.

Nossos esforços para obter uma maior aproximação com os países do Ásia-Pacífico são uma consequência lógica dos princípios universalistas da política exterior brasileira e dos desafios que enfrentamos no atual momento da economia internacional, quando se encurtam as distâncias e se internacionaliza a produção. Assim, correspondem ao reconhecimento da crescente importância política e econômica de uma região com a qual o Brasil pretende estreitar vínculos de cooperação, principalmente por encontrar nessas relações uma projeção natural de sua própria expressão no cenário internacional.

Com esse fim, é fundamental contar não só com a vontade política de nossos governos, mas também, e cada vez mais, com a indispensável participação do setor privado. Os governos podem assinalar as tendências e os caminhos, mas somente a presença e a atividade dos empresários podem dar conteúdo real às imensas oportunidades econômicas de nosso tempo. Por isso, foros como este têm um papel fundamental para desempenhar.

É com este espírito que reitero o chamado às autoridades e líderes empresariais aqui presentes para que, juntos, trabalhemos para um maior estreitamento dos laços de amizade, comércio e cooperação entre o Brasil e os países da Bacia do Pacífico. Todos temos muito a ganhar com isto. Muito obrigado.”